



**AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2016, DE 29 DE AGOSTO ALTERADO PELA LEI 57/2017 E DECRETO REGULAMENTAR N.º 11-A/2017.**

Referência: REQUIMTE/EEC2018/19

Área científica: Ciências Exactas e Naturais

Sub-área científica: Química

1. A Direção da REQUIMTE – Rede de Química e Tecnologia - Associação em reunião no dia oito de fevereiro de dois mil e dezoito deliberou abrir concurso de seleção internacional para trinta e oito lugares de doutorados para o exercício de atividades de investigação, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo do Código do Trabalho. O presente aviso destina-se a um (1) lugar para o exercício de atividades de investigação científica na área científica de Ciências Exactas e Naturais, sub- área científica Química, em regime de contrato de trabalho a termo incerto ao abrigo do Código do Trabalho, com vista ao desenvolvimento de investigação na área da automação através de métodos de fluxo (lab-on-valve), do tratamento da amostra pela técnica de injeção de partículas e da espectrometria de massa para análises bioquímicas.

**2. Legislação aplicável**

Decreto-lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei 57/2017 e Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (Regime Jurídico do Emprego Científico - RJEC); Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual.

3. Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC o júri do concurso tem a seguinte composição: Prof. Doutora Maria de La Salette de Freitas Fernandes Hipólito Reis Dias Rodrigues (Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto, Presidente do júri por delegação do Diretor da REQUIMTE); Prof. Doutora Marcela Alves Segundo (Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto); Prof. Doutor João Luís Machado dos Santos (Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto); Prof. Doutor João Pedro Almeida Lopes (Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa) e Doutor Adrián Manuel Tavares da Silva (Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto).

4. O local de trabalho situa-se na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

5. A remuneração mensal a atribuir é a prevista no n.º 3 do artigo 23.º do RJEC, no âmbito da regulamentação do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, correspondente ao nível 33 da tabela remuneratória única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, 31 de dezembro, sendo de 2.128,34 Euros.

6. Ao concurso podem ser opositores (as) candidatos (as) nacionais, estrangeiros (as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor(a) em Química ou Engenharia (Química ou Bioengenharia) ou área

científica afim e detentores (as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

**7.** São requisitos gerais de admissão a concurso a titularidade do Grau de Doutor e requisitos especiais os definidos no ponto anterior além da apresentação de publicações na área da Química Analítica e experiência na automatização por técnicas de fluxo (*lab-on-valve* e injeção de partículas) e em espectrometria de massa para análises bioquímicas.

**8.** Nos termos do artigo 5.º do RJEC a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

**9.** A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

**a)** Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato;

**b)** Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato;

**c)** Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;

**d)** Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro.

**10.** O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do candidato, quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

### **11. São critérios de avaliação:**

A avaliação do CV dos candidatos, em particular a experiência científica e o mérito científico, valorizará os elementos apresentados para os últimos cinco anos de atividade abrangidos pelo âmbito das áreas específicas do concurso (ver ponto 1) e será feito de acordo com para os seguintes critérios:

**11.1.** Avaliação integral do percurso e currículo do candidato, baseada numa apreciação geral do mérito científico, nomeadamente:

I. coerência científica do CV – 15%

II. diversidade e qualidade dos indicadores científicos, incluindo publicações em revistas científicas com revisão por pares e resumos apresentados na área da Química Analítica – 25%

III. participação em projetos de investigação na área da Química – 10%

**11.2.** Experiência relevante em:

I. automatização baseada em técnicas de fluxo, com relevo para *lab-on-valve* – 20%

II. espectrometria de massa quantitativa aplicada a análises bioquímicas – 20%

III. hifenização do tratamento da amostra à cromatografia através da técnica de injeção de partículas – 10%

**12.** No caso de existirem candidatos com classificação inferior em 10% obtida pelo candidato com a classificação mais elevada, o júri entrevistará os candidatos nesta situação. O objetivo da entrevista é esclarecer aspetos relacionados com os resultados da investigação prévia.

A classificação final a indicar por cada membro do júri é composta por: 90% baseada na avaliação curricular e do percurso científico e 10% baseada na entrevista.

A classificação final de cada candidato é dada pela média aritmética das classificações atribuídas pelos membros do júri. Em caso de empate, o presidente do júri terá o voto de desempate.

**13.** O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0 a 100.

**14.** O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

**15.** Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

**16.** Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

**17.** A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição a quem compete também decidir da contratação.

### **18. Formalização das candidaturas:**

**18.1** As candidaturas são formalizadas mediante requerimento, disponibilizado no endereço eletrónico <http://www.requimte.pt/laqv/concursos-abertos-open-calls>, dirigido ao Diretor da REQUIMTE, onde conste a identificação deste aviso, nome completo, número de identificação civil, número de identificação fiscal, residência e endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico e contacto telefónico.

**18.2** A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas no ponto 6 e 7 para admissão a este concurso, nomeadamente:

- a) Cópia de certificado ou diploma;
- b) Tese de doutoramento;
- c) Curriculum vitae detalhado, e estruturado de acordo com os itens dos pontos 9 e 11;
- d) Outros documentos relevantes para a avaliação da habilitação em área científica afim;
- e) Descrição resumida das atividades científicas mais relevantes realizadas no últimos 5 anos (1 página no máximo), de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º RJEC e com o referido no ponto 9 deste aviso.

**18.3** Os candidatos apresentam os seus requerimentos e documentos comprovativos em suporte digital, de preferência em formato de PDF, quer utilizando o endereço <http://www.requimte.pt/laqv/concursos-abertos-open-calls>, quer entregando presencialmente na Praça Coronel Pacheco nº 15-6º andar, Porto, durante o horário de expediente.

**18.4.** Período de apresentação de candidaturas: Entre 08 de maio de 2018 e 01 de junho de 2018.

**19.** São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

**20.** As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

**21.** A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas na Praça Coronel Pacheco nº 15-6º andar, Porto, publicitadas na página eletrónica da REQUIMTE, sendo os candidatos notificados por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação.

**22. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final:** Após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar **em sede de audiência prévia**. Num prazo de até 90 dias úteis, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

**23.** O lugar é aberto nos termos do n.º 1 do artigo 23.º do RJEC, designadamente tendo em consideração a bolsa com a referência SFRH/BPD/89668/2012.

**24.** O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

**25. Política de não discriminação e de igualdade de acesso:** A REQUIMTE – Rede de Química e Tecnologia – Associação, promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

**26.** O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 02/maio/2018.

**27.** Nos termos do D.L. nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

**28.** A seleção da(o) candidata(o) a contratar depende das orientações e regulamentos aplicáveis por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, e da verificação do cumprimento dos pressupostos administrativos neles constantes. A REQUIMTE reserva-se o direito de anular o presente concurso caso os pressupostos referidos não estejam assegurados.

**29.** A contratação da(o) candidata(o) selecionada(o) para o lugar a concurso está dependente da celebração de contrato-programa entre a FCT e a REQUIMTE, nos termos do n.º 4 do art.º 23 do DL 57/2016. Os encargos financeiros derivados da execução do contrato com a(o) candidata(o) selecionada(o) oneram as dotações provenientes do contrato-programa celebrado com a FCT, nos termos do art.º 17º do mesmo diploma.